

DA NECESSIDADE E DA POSSIBILIDADE DE UMA HISTÓRIA DAS MÍDIAS SOB A ÓTICA LUSÓFONA

Antônio Hohlfeldt*

Resumo

Este estudo propõe a necessidade, a possibilidade e a importância de se estudar a história das mídias numa ótica lusófona. Nesse sentido, mostra a utilidade das novas tecnologias da informação e da comunicação para a pesquisa em causa, tanto mais que é manifesta a insuficiência de informações a respeito dessa história, em Portugal e no Brasil, como de um modo geral, em todos os países de língua portuguesa. Em termos teóricos, este estudo inscreve-se em tradições acadêmicas, que remetem a Marshall McLuhan e Lúcia Santaella.

Palavras-chave: história das mídias; história do jornalismo colonial de expressão portuguesa; teoria da comunicação; teoria do jornalismo

É compreensível o entusiasmo dos jovens pesquisadores diante das novas tecnologias da informação e da comunicação. Elas sugerem que o emissor se tornou uma espécie de Deus coletivo, que tudo pode. Tais entusiasmos, porém, ignoram que os atuais processos, muitas vezes saudados como novidade ou grande conquista, já existiam há algumas décadas, ainda que sob aspectos mais simples, com

* Professor na Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde se doutorou em Linguística e Letras, em 1998. Exerceu as funções de jornalista, durante praticamente vinte anos, no jornal *Correio do Povo*, no *Diário do Sul* e no *Jornal do Comércio*. Investiga sobre a comunicação cultural, artes cênicas e criação dramática, teoria e história do jornalismo e práticas sócio-políticas da mídia. É investigador do CNPq e integra o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Presidiu à Intercom e à Lusocom. Entre as suas publicações constam *Ronald Radde – O perseguidor de sonhos – 47 anos de Teatro Novo* (2015); *Arte e Cultura* (2008); *Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade* (2001, em co-autoria); *Teorias da Comunicação* (2001, hoje em 15.^a edição).

E-mail: hohlfeldt@pucrs.br.

menor abrangência e certamente com menor velocidade. Mas complexidade, abrangência e velocidade não significam necessariamente o novo e, sim, uma variância de algo pré-existente.

Necessidade da pesquisa histórica

Carentes de leitura e, por conseqüência, de maior reflexão e análise crítica, os jovens pesquisadores que, além do mais são, muitas vezes, bastante ignorantes da história pretérita das mídias, imaginam que as atuais descobertas sejam conquistas definitivas, vanguardistas e irretorquíveis.

Ironicamente, é um dos gurus das novas tecnologias, Marshall McLuhan quem, em obra da década de 1960, alertava para uma relação crítica que se estabelecia entre cada nova tecnologia descoberta e/ou desenvolvida e aquela que lhe era imediatamente anterior (McLuhan, 1974; Bianco, 2005, p. 156). Segundo McLuhan, as mídias sucediam-se historicamente, desde a imprensa (século XV) até a Internet (século XX), começando pela palavra impressa; a imagem projetada numa grande tela, para ser consumida por grandes platéias; o rádio (Rosa, 2016), que derrogou o conceito de distância física e tornou-se um dos elementos de maior amalgamação social jamais conhecido pela humanidade (e dir-se-ia que ainda não ultrapassado nem mesmo pela Internet, graças às diferentes exigências de infra-estrutura de cada uma dessas mídias), etc.

Como diz McLuhan, as tecnologias são produto das civilizações e, como tais, desvendam modelos relacionais e de pensamento de um dado período. Por terem impacto na organização social, fornecem a chave para compreendermos a evolução daquela civilização. É através de seus artefatos técnicos que as civilizações se expandem e estabelecem contactos entre si. Deve-se levar em conta que o desenvolvimento de cada mídia interferiu ou sofreu interferência das demais mídias existentes, na medida em que com elas se articulou, criando novos processos de sociabilização.

Lucia Santaella já chamou a atenção para o fato de que nenhuma mídia pré-existente havia desaparecido com o surgimento de uma outra tecnologia. Pelo contrário, rapidamente ela se aclimatava à nova paisagem e logo adiante ambas as tecnologias estavam a desenvolver novas estratégias que as reforçavam mutuamente (Santaella, 1992).

Se o novo cria temores, também fascina, com a sugestão (falsa) do poder humano sobre a natureza e os ambientes culturais. Enfrentamos, pois,

simultaneamente, fascinação e preconceito, ambiguidade que poderia ser facilmente resolvida se nossos estudantes, professores e pesquisadores tivessem maior informação histórica e fossem capazes, em consequência, de refletir, sem quaisquer envolvimento emocional, analisando cuidadosamente o avanço (ou não) que a nova tecnologia vem de propor ou como ela faz avançar – ou não – as tecnologias até então existentes.

A necessidade de conhecimento do pretérito

A primeira questão que levantamos e defendemos, portanto, é que, para bem se compreender e avaliar – diríamos até, para melhor saber utilizar e valorizar uma nova mídia¹ – é fundamental que conheçamos a história das demais mídias e, sobretudo, a gênese da nova mídia, o que em muito nos ajudará a compreender suas possibilidades e melhor explorá-las. Infelizmente, contudo, os cursos de Comunicação Social nem sempre dão esta atenção fundamental para a história das mídias, de maneira que, na maioria dos casos, parece que a invenção tecnológica como que caiu do céu. Não se consegue nem mesmo compreender o que cada uma delas terminou por potencializar ou criar². Relembremos, para ficar apenas no jornalismo, a sempre reiterada existência do *lead*: os telégrafos em serviço, no início do século XX, eram relativamente precários e pouco confiáveis. Como a Internet, em alguns lugares mais distantes, por vezes *derrubavam* a ligação e a agência/o jornal ficavam sem a preciosa reportagem de seu enviado especial, recuperou-se e revalorizou-se uma antiga prática traduzida na expressão dos 5 ws – em inglês – *quem, quando, onde, o quê, por que?* – que hoje em dia constituem o que chamamos de *lide*³. Ou seja, o que agora consideramos uma recomendável técnica de redação jornalística, nada mais foi do que uma necessidade técnica, externa ao jornalismo em si mesmo, exigida por uma tecnologia fora do procedimento jornalístico específico, mas que terminou por se institucionalizar enquanto prática profissional referencial e modelar, vinculada à chamada *objetividade jornalística*, contrapondo-se à antiga prática do *nariz de cera* da imprensa do

1 Deve-se tomar o termo *mídia* como interface, mediação, entre emissor e receptor de uma mensagem, dada a impossibilidade de comunicação direta (Melo, 2010, p. 816).

2 Lembremos a histórica experiência de Orson Welles, quando radiofonizou *A guerra dos mundos*, romance original de H. G. Wells, em 1938.

3 *Lead*, em inglês, já tem a forma dicionarizada de *lide*, no idioma português.

século XIX, na busca que o jornalismo fez de princípios e práticas que o legitimassem perante outras práticas comunicacionais, como a publicidade ou as relações públicas, buscando aproximá-lo do campo científico. No Brasil, a objetividade é sistematicamente valorizada no trabalho jornalístico, tanto como valor, quanto como conjunto de regras práticas, nas ações da imprensa, a partir dos anos 1950. Por influência americana, foram adotadas novas técnicas redacionais, tais como o *lide* e a *pirâmide invertida*⁴, entre outros. Mais do que normas a serem obedecidas, a partir de um manual, a objetividade do jornalista passou a sustentar uma certa imagem positiva e confiável desses profissionais, além de reforçar a crença de que eles têm, por vocação, a defesa dos interesses coletivos (Melo, 2010, p. 882).

Robert Darnton já mostrou, com clareza, que a história da comunicação “pode revelar como os homens e mulheres de um tempo e lugar compreendem sua própria experiência a partir do entendimento de como davam sentido aos acontecimentos e transmitiam informações” (Darnton, 2005, p. 41). Esse conceito tem sido retomado e aplicado, com excelentes resultados, por exemplo, por Marialva Barbosa, em diferentes obras, resultando numa história cultural, tanto do jornalismo, quanto da comunicação brasileiros (Barbosa, 2007, 2010, 2013). Tal perspectiva permite fugir ao risco dos anacronismos que, muitas vezes, encontramos em obras de história das mídias, inclusive de excelentes autores, como é o caso de Nelson Werneck Sodré (2011[1966]), sobretudo no capítulo em que estuda o nascimento da imprensa brasileira, no século XIX, após o traslado da Coroa portuguesa para a então colônia sul-americana, logo elevada à condição de reino.

A história da comunicação permitirá, inclusive, compreender e valorizar as relações culturais, os valores ideológicos, as preocupações e as necessidades que uma determinada comunidade enfrentou/enfrenta. Recentemente, participávamos de banca de Doutorado, para avaliação de pesquisa que se dedicou a estudar os jornais brasileiros das duas primeiras décadas dos 1800, para compreender como se formaram e disseminaram conceitos como *nação*, *liberdade e brasilidade* (Flores, 2015). Ora, acompanhar o debate que tais jornais promoveram, na ocasião, ajuda, não apenas a compreender, historicamente, a formação de tais conceitos, quanto entender porque, entre nós, eles são tão tênues, hoje em dia: para isso, basta aproximarmos aquele texto da perspectiva adotada por José Marques de Melo quanto aos motivos que levaram à impossibilidade da existência da imprensa na colônia brasileira, entre 1500 e 1808, e que vão bem além da simples proibição da

4 Narrativa dos fatos a partir dos mais importantes para os menos significativos.

Coroa portuguesa. Melo mostra que não havia condições para a imprensa entre nós, naquela época, na medida em que inexistiam cidades; a maior parte da população era analfabeta e, enfim, as distâncias a serem cobertas eram absolutamente inviáveis para qualquer projeto deste tipo (Melo, 2003). Do mesmo modo, permitimo-nos tomar um exemplo que envolve o conjunto de nossas pesquisas em torno do jornalismo luso-brasileiro, com ênfase na história dos jornalismo das antigas colônias portuguesas, aí incluídos Brasil, Moçambique, Angola, etc. O que vimos propondo é uma história que integre as diferentes histórias nacionais, o que vai evidenciar por exemplo que, assim como a legislação metropolitana portuguesa proibia a existência de prelos nas colônias e, por consequência, qualquer atividade editorial, seja para a produção de livros, seja para a concretização de uma imprensa jornalística, os acontecimentos de 1817 e, especialmente, a Constituição portuguesa de 1820, levou a uma reviravolta. Os fatos políticos portugueses geraram consequências, primeiro, no Brasil: o retorno de Dom João VI a Portugal, sob pena de perder a coroa; a permanência de Dom Pedro de Alcântara⁵ no Brasil; posteriormente, as decisões das Côrtes, em Lisboa, buscando reduzir o Brasil novamente à condição colonial: tudo isso desencadeou o processo que redundou na independência de 1822. Ora, em 1836, o governo português instituiu a obrigatoriedade de as administrações coloniais passarem a publicar boletins oficiais nos mesmos moldes da antiga Gazeta de Lisboa e da então Gazeta do Rio de Janeiro, o que abriu caminho para a imprensa independente daquelas demais colônias. Ora, se não buscarmos uma leitura comparada das histórias individualizadas de cada antiga colônia, continuaremos com uma perspectiva isolacionista e voluntarista, o que é absolutamente equivocado e nada explica.

Do mesmo modo, entendemos que a prática típica do século XIX, de os jornais se lerem entre si, levou a uma forte influência do jornalismo panfletário e republicano, que já então se desenvolvia no Brasil – guardadas as proporções e diferenciações locais, é claro – sobre a imprensa das demais colônias.

Outro exemplo importante: o Brasil tem Hipólito José da Costa como o patrono da imprensa nacional. Ora, se consultarmos historiadores da imprensa, como Nelson Werneck Sodré e José Tengarrinha (2013[1998]), respectivamente, no Brasil e em Portugal, verificaremos que cada um deles incluiu Costa, a seu modo, nas historiografias que escreveram. No Brasil, Hipólito passa por brasileiro; em Portugal, por português. Nenhum desses historiadores, contudo, parece dar-se conta de que

5 Mais tarde, Dom Pedro I, do Brasil e Dom Pedro IV, de Portugal.

Hipólito José da Costa, na verdade, é personagem – e importantíssimo – da história do jornalismo de ambos os países. Uma leitura na perspectiva comparativista e inclusiva relativiza a questão da nacionalidade e, por outro lado, corrige um erro monumental: o de que Costa teria sempre defendido a independência brasileira de Portugal, o que é falso. Uma simples consulta aos exemplares dos jornais, por mais rápida que seja, evidencia que, pelo menos até 1820, Costa foi ardoroso defensor do que ele chamava de reino unido de Portugal e Brasil. Seu argumento era simples e objetivo: Portugal, sozinho, na Europa, era um país pequeníssimo, praticamente sem significado; o Brasil, na América ou no mundo, era insignificante. Juntos, tornavam-se um reino poderoso, tanto territorial, quanto econômica e estrategicamente. Hipólito José da Costa só passaria a defender a independência brasileira após aquelas malogradas disposições lisboenses de devolver o Brasil à condição colonial. Se alguém tiver dúvidas, leia, por exemplo, o manifesto que ele assina no lançamento do *Correio Braziliense*, ou tente entender porque Costa publica, no jornal, a conclamação das autoridades portuguesas de resistência ao governo opressor e invasor de Napoleão a Portugal. É este tipo de discussão que precisa ser feita para que consigamos entender o que aconteceu de fato e o modo pelo qual se desenrolou a história da imprensa jornalística em cada um desses territórios. Descobriremos, talvez surpresos, que há relações diretas e concretas entre os jornalismo coloniais: por exemplo, graças à existência de colônias portuguesas e de exilados angolanos, moçambicanos ou cabo-verdenses, em terras brasileiras, como na Bahia e no Pará, possibilitou-se a circulação dos jornais das colônias africanas em terras americanas. Do mesmo modo que as colônias portuguesas nos Estados Unidos, por serem constituídas, na época, por boa parte de açorianos, explicam porque jornais dos Açores circulavam naquele país.

Vamos a mais alguns exemplos: pretende-se que a prática de entrega de brindes, por parte dos jornais, ou a divulgação de colecionáveis, ocorram apenas a partir dos anos 1970, tanto em Portugal, quanto no Brasil. Isso, contudo, é um engano, como já evidenciamos em anterior estudo: os jornais que publicavam folhetins, em Paris, por exemplo, e que possuíam gráficas próprias, costumavam transformar os folhetins em volumes encadernados, aos quais acrescentavam gravuras dos artistas mais famosos da época. O assinante podia trocar os folhetins colecionados por um desses volumes (Hohlfeldt, 2008). Os periódicos de Moçambique e de Angola não deixaram de desenvolver a mesma prática.

Também não é raro encontrarmos um anúncio promocional, em jornais de Moçambique, por exemplo, em que se insta o leitor a adquirir os produtos daquela

empresa que costuma anunciar no periódico. Promovem-se, igualmente, concursos patrocinados pelo jornal, entre seus leitores, propiciando brindes aos que renovassem assinaturas ou alcançassem novos assinantes para a publicação. Por fim, nem mesmo a prática do chamado jornalismo interativo e/ou colaborativo, em que o jornal publica artigos ou fotos de seus assinantes, era desconhecida do jornalismo do final do século XIX ou dos primórdios do século XX, nas antigas colônias: encontramos muitos jornais que, após o advento do clichê, apelam a seus leitores para que enviem fotografias de suas aldeias, para serem divulgadas no periódico, mostrando, assim, as belezas e o desenvolvimento alcançado pelas colônias...

Pretendemos, com essas ponderações, ter evidenciado a importância do conhecimento da história das mídias – com destaque, no nosso caso, para a imprensa periódica – no tempo presente. Por exemplo, examinar a introdução da tecnologia nas casas norte-americanas, pelas páginas da Seleções do Reader's Digest ou, no caso do Brasil, da Revista do Globo, de Porto Alegre, que circulou a partir de 1928: é interessante acompanharmos a publicidade dessas revistas, o que permite uma magnífica análise da urbanização e da tecnologização do lar ao longo das décadas (McLuhan, 1951)⁶.

Possibilidades de pesquisa histórica

Avancemos o segundo ponto sob esta mesma perspectiva. Se, até aqui, examinamos a necessidade, refletimos agora sobre as possibilidades. No caso da imprensa jornalística, o pesquisador depende fundamentalmente de museus e arquivos, sejam eles privados ou públicos. Podem ser a Biblioteca Nacional, do Brasil; a Biblioteca Pública Municipal do Porto ou a Bibliothèque Nationale, da França; ou também instituições mais regionais, como o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, pertencente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, ou a Hemeroteca Municipal de Lisboa, integrada à Câmara Municipal de Lisboa. O tempo, contudo, é o maior inimigo desses arquivos, porque o papel sempre corre sérios riscos: sua qualidade, no século XIX, como nos princípios do século XX, não era tão boa: o papel escurece, esfarela-se, etc. No caso dos jornais

6 Voltamos mais uma vez a Marshall McLuhan. O livro *The mechanical bride*, de sua autoria, infelizmente ainda inédito no Brasil, propunha, justamente, a leitura da publicidade norte-americana, divulgada em revistas e jornais, para entender o *American way of life*.

coloniais africanos, tem-se a questão do transporte: o papel vinha da metrópole, o jornal era enviado para a metrópole. Tudo isso, sempre em navios, enfrentando a maresia.

Depois, temos as condições de armazenamento, critérios de organização, possibilidades de manipulação e consulta, etc. Muitos periódicos que consultamos, quer em Porto Alegre, quer no Porto⁷, hoje já se encontram retirados e levados para espaços de UTI documental, como dizemos.

No que toca ao cinema, como o rádio e a televisão, enfrentamos a necessidade de um armazenamento muito mais complexo, sobretudo quanto a materiais mais antigos. No caso do cinema, os negativos ou os positivos eram feitos de materiais altamente combustíveis. Muitas coleções se perderam tomadas pelo fogo, gerado por algum descuido ou simplesmente por autocombustão. No caso do rádio, haveria que se guardar as gravações dos programas, o que raramente foi lembrado⁸. O mesmo ocorria com a televisão que, pelos mesmos motivos, perdeu muito de seu acervo original. O advento do vídeo, neste sentido, ajudou muito, quer porque naturalmente já se constituía em uma gravação que podia ser multiplicada infinitamente, quanto facilitava a confecção, separação e guarda de uma cópia. Assim mesmo, haveria que se ter uma política específica a respeito disso⁹.

A Internet, neste sentido, e as novas tecnologias a ela associadas, como aquelas que possibilitam a digitalização, guarda, transporte e envio de arquivos, levou a um imenso salto e a uma facilitação segura para o trabalho de pesquisa e de historiografia. Boa parte dos arquivos de jornais, filmes, programas televisivos ou de rádio, começaram a ser digitalizados, multiplicando-se as cópias e, sobretudo, evitando-se que o documento original precise ser consultado diretamente, já que,

7 Refiro-me ao simpático e eficiente acesso que tive ao acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, cuja direção facilitou-me sobremodo as pesquisas que desenvolvi.

8 Por incrível que pareça, neste sentido, os períodos ditatoriais, enfrentados tanto pelo Brasil como por Portugal, às vezes ajudaram à salvação desta história, pois as autoridades exigiam gravações dos programas apresentados para análise antecipada ou *a posteriori*, parte dos quais acabou guardada.

9 A própria TV Globo, no Brasil, não possuía nenhuma política de guarda de seu acervo. Só recentemente, há cerca de uma década, e graças ao relacionamento crescente com as universidades, é que a emissora decidiu-se por gravar e guardar tudo, passando a constituir seu memorial. Na Cidade Cenográfica que a emissora mantém, próxima do Rio de Janeiro, organizou-se um extraordinário acervo, que se mescla com a central de figurinos e a central de produção técnica da emissora, onde se experimentam novos materiais ou se podem reutilizar materiais, mediante novas estilizações.

em geral, o estudo pode ser feito a partir da cópia digitalizada. Neste sentido, as instituições, tanto aquelas antes mencionadas, quanto outras muitas, criaram programas específicos e excelentes de digitalização e constituição de acervos digitais, o que permite ao interessado acessar qualquer documento, até mesmo desde sua casa, sem ter necessidade de fazer-se presente fisicamente na instituição. Temos experiências concretas a respeito disso: quando preparávamos a tese de doutorado sobre romances-folhetins na imprensa de Porto Alegre, passamos quase dois anos manipulando jornais, na sede do Museu de Comunicação Social. Mais adiante, conseguimos uma licença especial para levar os periódicos para casa, onde montamos verdadeira oficina para consumir a pesquisa. Do mesmo modo, quando estudamos na Biblioteca Pública Municipal do Porto, precisávamos ali estar presentes diariamente para, com o auxílio dos funcionários da instituição, deslocar os volumes das valiosas coleções até a mesa que nos fora destinada, dia a dia, ao longo de meses.

Recentemente, porém, quando precisamos consultar um jornal português, entramos no sítio da Hemeroteca Municipal de Lisboa e em alguns minutos acessamos o periódico procurado. Atualizando-nos com os procedimentos da instituição, logo tínhamos os exemplares procurados à disposição, sem sujar mãos, sem importunar funcionários, sem depender da condição qualitativa do material. Por isso mesmo, quando regressamos de nosso estágio de Pós-doutorado no Porto, decidimos criar um sítio capaz de publicizar digitalizações e postagens de periódicos, o que se concretizou no endereço www.pucrs.br/famecos/nupecc, onde já temos, disponibilizados, centenas de exemplares de jornais *alternativos*¹⁰, da época da ditadura brasileira posterior a 1964. Aí também se encontram as primeiras edições de jornais das antigas colônias de expressão portuguesa, do mesmo modo que disponibilizamos a coleção da primeira (e única) revista sobre televisão, publicada no Rio Grande do Sul, a TV Sul Programas¹¹. Outro projeto

10 Jornais quase sempre tablóides, com conotação de resistência à ditadura, alguns nitidamente ideológicos e/ou partidários, outros culturais, que dependiam exclusivamente de assinaturas e circulavam fora das bancas de venda tradicional. No momento, estamos digitalizando *Movimento e Opinião*; já digitalizamos *Pato macho* e estamos iniciando a digitalização do *Coojornal*.

11 Enquanto a televisão brasileira permaneceu regionalizada, também era possível ter revistas regionalizadas. No entanto, com o surgimento do videotape, as emissoras televisivas criaram as grades nacionais de programação e, com isso, o noticiário televisivo centrou-se em São Paulo ou no Rio de Janeiro, desaparecendo as revistas regionais, como a TV Sul Programas, na medida em que praticamente desapareceram os programas produzidos regionalmente, confinados a pequeníssimos espaços obrigados por lei.

em implantação, neste momento, é sobre os suplementos literários de jornais brasileiros e a crítica literária de rodapé.

Em resumo, as novas tecnologias facilitaram profundamente a pesquisa e a documentação histórica das mídias, o que deve dar alento a eventuais interessados. Diminuiu-se a necessidade do deslocamento físico (por exemplo, o Museu da Imprensa do Porto tem um acervo físico extraordinário que vale a pena ser visitado, mas também pode ser acessado digitalmente, como já o temos feito tantas e tantas vezes).

A necessidade da pesquisa histórica lusófona

Chegamos ao ponto final desta reflexão, na verdade, aquela que é a principal, porque a motivou.

Tomemos os principais livros de história da comunicação, oriundos dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, etc. O que encontramos aí? Uma perspectiva eurocêntrica excludente: fala-se do século XVIII inglês; da Revolução Francesa e de sua influência sobre a prática do pasquim; registram-se as descobertas de Gutenberg e outros tantos inventores, nos atuais territórios germânicos; discute-se polêmica e profundamente as primeiras folhas e *gazettas*...

O que aparece, nestes livros, a respeito da mídia e especialmente do jornalismo desenvolvido em Portugal, Espanha, Brasil ou colônias de Espanha e de Portugal? Tem-se um bom exemplo no livro de Alejandro Pizarroso Quintero, *História da imprensa* (Quintero, 1994). Para se garantir um capítulo dedicado a Portugal, a editora Planeta, que traduziu a obra original, convidou um pesquisador português para o fazer, no caso, Nuno Rocha. E este era um livro escrito e publicado originalmente na Espanha!!! Ora, o que esperar das demais obras? Sobre as antigas colônias de ambos os países, nem uma palavra.

Voltemos ao que dizíamos ao abrir este texto: nem os livros portugueses, nem os livros brasileiros falam das histórias de uns ou outros, e muito menos das antigas colônias... ou seja, está tudo por fazer e para fazer. Foi essa constatação que nos incentivou a iniciar este trabalho. À medida em que avançamos as pesquisas e as reflexões que delas nascem, mais fica evidente a necessidade de se constituírem grupos internacionais para pesquisar e estabelecer relações que redundem na concretização, não apenas de uma historiografia comum, quanto numa sua divulgação, porque, em última análise, de nada adianta produzirmos

nossos estudos, se eles não chegarem a ser conhecidos. Por exemplo, valorizar o fato de que ainda temos um jornal escrito em português em Macau... e diário!... Mas o quanto sobrou da herança lusófona em Goa, cuja imprensa, em seu desenvolvimento, tem uma forte presença portuguesa em seus primeiros séculos (lembramos que o governo português admitiu prelos em Goa, levados pelos jesuítas, ainda no século XVI...).

Esta é uma das tarefas e dos desafios da Confibercom, conforme já temos discutido, por exemplo, no encontro ocorrido no CIESPAL, há cinco anos. Aliás, esta foi uma colocação que também fizemos no primeiro encontro da entidade, na Universidade de São Paulo (2011), quando chamamos a atenção para o fato de que não nos lemos: portugueses não lêem espanhóis e brasileiros não lêem latino-americanos; portugueses pouco conhecem os pesquisadores brasileiros e estes quase nada sabem dos pesquisadores africanos. Há esforços quase infinitos que precisam ser feitos, sem o quê não desconhecemos apenas a história das mídias, em nossas terras, quanto não conseguiremos jamais contextualizá-la e relacioná-la com outras histórias. Temos defendido que, por etapas, precisamos a) conhecer a história das mídias tal como ela se desenvolveu no Brasil; b) conhecer a história das mídias tal como ela correu em Portugal e nas antigas colônias; c) aproximar esta história lusófona de uma história ibérica, cotejando a história de Espanha e das colônias de Espanha; d) aproximar esta história ibero-americano-africano-asiática da história europeia em geral e, enfim, da história das mídias, nas antigas treze colônias da América do norte e, depois, nos Estados Unidos, a partir do século XVIII. Não deveremos esquecer, igualmente, o continente asiático ou o longínquo leste europeu (referimo-nos especialmente à Rússia e a seus antigos territórios). Também precisaremos levar em conta as antigas civilizações americanas, quer do norte, do centro ou do sul. E a história das mídias do chamado quinto continente: encontraremos surpresas que vão evidenciar que os conceitos de jornalismo e de mídia, de modo geral, são muito mais universais do que poderíamos supor. Mas, sobretudo, este projeto deve nos ajudar a entender que não temos história inferior ou superior à de outras civilizações, mas que, pelo contrário, vivemos os mesmos processos, ainda que, às vezes, mais distanciados temporalmente, se bem que, sob outros aspectos, poderemos nos ter antecipado a eles. Lembremos, neste sentido, as antigas e pioneiras *relações* de Manuel Severim de Faria, tão bem estudadas por Jorge Pedro Sousa (2007). Ou aproximemos os sermões medievais da prática dos romances de cordel: uns no âmbito da Igreja, outros no amplo espaço do adro religioso, cada um a seu jeito, promovendo certa informação jornalística, direta ou

indiretamente, a partir do que podemos concluir que as práticas informacionais e comunicacionais são muito mais constantes do que possa parecer.

Enfim, entusiasmano-nos com o que se vem realizando no Brasil e em Portugal e, mais recentemente, em Moçambique ou em Cabo Verde, por exemplo, e temos esperanças de que espaços de encontro, como aqueles que podemos realizar no quadro da Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom), são valiosíssimos momentos para este tipo de reflexão que, de seu lado, podem propiciar ações e políticas objetivas que mudem a atual situação, de distância e desconhecimento¹².

Referências bibliográficas

- BARBOSA, M. (2007). *História cultural da imprensa – Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad.
- BARBOSA, M. (2010). *História cultural da imprensa – Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad.
- BARBOSA, M. (2013). *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- BIANCO, N. D. (2005). O tambor tribal de McLuhan. In E. Meditsch, *Teorias do rádio*. Vol. 1. Florianópolis: Insular.
- DARNTON, R. (2005). *Os dentes falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FLORES, G. B. (2015). *Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

12 Um bom contributo para alterar o profundo desconhecimento que existe entre as comunidades científicas de Ciências da Comunicação dos países do espaço ibero-americano, é aquele que nos é dado em *Comunicação Ibero-americana: Sistemas Midiáticos, Diversidade Cultural, Pesquisa e Pós-Graduação*, livro editado em 2012, por Margarida Kunsch e José Marques de Melo. Esta obra reúne os principais trabalhos, apresentados ao I Congresso da Confibercom, realizado em São Paulo, em 2011 (Kunsch & Melo, Eds., 2012). Ver, também, *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização* (Martins & Oliveira, Eds., 2014). Trata-se do Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana, realizado em Braga, em 2014. Por outro lado, e cingindo-se, estritamente, ao espaço lusófono, mas com o propósito idêntico de desenvolver dinâmicas que permitam ultrapassar a atual situação de desconhecimento entre os países que têm o português como língua oficial, Moisés de Lemos Martins editou, em 2015, *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Ver, também, *Interfaces da Lusofonia* (Martins et alii, Eds., 2014). Esta obra reúne os trabalhos apresentados à Conferência Interfaces da Lusofonia, realizada em Braga, em 2013.

- HOHLFELDT, A. (2008). *Deus escreve certo por linhas tortas, Os romances-folhetins nos jornais de Porto Alegre (1850-1900)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famalicão: Húmus. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L., et alii (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confibercom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MC LUHAN, M. (1951). *The mechanical bride: Folklore of industrial man*. New York: Vanguard Press.
- MC LUHAN, M. (1974[1964]). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix.
- MELO, J. M. (Eds.) (2010). *Enciclopédia INTERCOM de comunicação*. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- MELO, J. M. (2003). *História social da imprensa: Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- QUINTERO, A. P. (1994). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta.
- SANTAELLA, L. (1992). *A cultura das mídias*. São Paulo: Razão Social.
- SODRÉ, N. W. (2011 [1966]). *História da imprensa no Brasil*. Porto Alegre-São Paulo: EDIPUCRS/Intercom.
- SOUSA, J. P. (2007). *A gênese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- TENGARRINHA, J. (2013 [1989]). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.